



Das distorções socioeducativas do “autointeresse” como *Amour de soi*: análise a partir do Observatório de Patologias Sociais

Of the socio-educational distortions of “self-interest” as *Amour de soi*: analysis from the Observatory of Social Pathologies

De las distorsiones socioeducativas del “autointerés” como *Amour de soi*: análisis desde el Observatorio de Patologías Sociales

Jovino Pizzi

RESUMO

A filosofia classifica o “social” como tema residual. A modernidade tardia deu prioridade à política. A explanação salienta a criação dos Fatores C+T, com o fim de resgatar o significado de “social”. Na linha socioeducativa, o autointeresse individualista gera “zonas de conflito” entre o individual e o social, pois as decisões estratégicas conferem primazia ao amor a si mesmo. A influência de Rousseau na educação brasileira se reflete como distorções socioeducativas, com déficits na área social e educativa. A alternativa se centra na proposta de um ordenamento político capaz de assegurar o con-viver hospitaleiro, isto é, a con-vivência digna e saudável entre os cidadãos.

Palavras-chave: patologias sociais; autointeresse; *amour de soi*; socioeducação

ABSTRACT

Philosophy classifies the “social” as a residual theme. Late modernity gave priority to politics. The explanation highlights the creation of the C+T Factors, with the aim of rescuing the meaning of “social”. In the socio-educational line, individualistic self-interest generates “conflict zones” between the individual and the social, because strategic decisions give primacy to love of self. Rousseau’s influence on Brazilian education is reflected in socio-educational distortions, with deficits in the social and educational areas. The alternative is to propose a political system capable of ensuring hospitable coexistence, i.e. dignified and healthy coexistence between citizens.

Keywords: social pathologies; self-interest; *amour de soi*; socio-education

RESUMEN

La filosofía clasifica lo «social» como tema residual. La prioridad de la modernidad tardía ha sido la política. De ahí la exposición hace hincapié en la creación de los Factores C+T para rescatar el significado de «social». En la línea socioeducativa, el interés individualista genera «zonas de conflicto» entre lo individual y lo social, porque las decisiones estratégicas priorizan el amor a sí mismo. La influencia de Rousseau en la educación brasileña se refleja en distorsiones socioeducativas,

con déficits en las áreas social y educativa. La alternativa se centra, pues, en la propuesta de un sistema político capaz de garantizar una convivencia hospitalaria, es decir, digna y sana entre los ciudadanos.

Palabras-clave: patologías sociales; autointerés; *amour de soi*; socioeducación

Introdução

Ao centro, em frente, a mesa da diretoria; à esquerda, os convidados; à direita, os outros alunos, o resto, como se diz das maiorias sem voz ativa (Raul Pompeia: O Ateneu, p. 114)

A primeira parte do texto se apresenta em forma de narrativa, enquanto a segunda reflete a análise das distorções socioeducativas do autointeresse como *Amour de soi*. São duas partes com o objetivo expor os vínculos de um projeto relacionado às patologias sociais e suas interfaces com a educação. A alusão a Raul Pompeia realça o fato de que, entremeio o dossiê e outras publicações, a trajetória do Observatório Global de Patologias Sociais (OGPS) reflete o esforço mancomunado entre as áreas da educação e da saúde. O diagnóstico reflete uma época permeada de dúvidas e incertezas e, ao mesmo tempo, de prognósticos em vistas a um futuro mais confiante. O entrelaçamento entre as publicações do OGPS serve como fonte para evidenciar as distorções sócio-educativas do autointeresse, às vezes retraduzido por orientações identitaristas que, no fundo, realçam posições mormente xenófobas.

O artigo se insere na pesquisa do OGPS. Não se trata, pois, de uma narrativa isolada, mas de uma experiência mancomunada, seja do ponto de vista teórico como também na sua prospectiva prática. Por isso, com o fim de demarcar o texto, o primeiro aspecto reflete a trajetória do grupo congrega, desde o início, pesquisadores e estudantes das áreas da educação e da saúde. As “zonas de conflito” salientam a separação entre a esfera do político e a área social, uma questão que permeia o debate acadêmico dos últimos dois séculos. Os resultados até agora fazem parte de um rol de publicações e atividades, aspecto presente na criação dos Fatores C+T. Feito isso, o artigo destaca os aspectos filosóficos do diagnóstico de nosso tempo, ou seja, a crítica ao fundamento socioeducativo enclausurado na idealização rousseuniana do *Amour de soi*, aspecto criticado por Axel Honneth.

As “zonas de conflito” a respeito de um tema residual

A proposta do Observatório Global de Patologias Sociais (OGPS) é parte do projeto institucional da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) Capes/Print. O escopo institucional abarca duas grandes linhas: a) alimentos saudáveis em territórios sustentáveis e b) saúde e sociedade: um olhar sobre a equidade ao longo do ciclo vital. O objetivo geral do projeto correlaciona as temáticas dos alimentos com a saúde, “investigando práticas que acentuam ou reduzem a vulnerabilidade e invisibilidade das pessoas no nível individual e coletivo” (UFPel, 2017, p. 10). Por sua vez, o OGPS foi concebido como um dos projetos específicos do grande plano institucional. Ele congrega – e segue nessa parceria – a área da

Educação e da Saúde (mais especificamente, a Odontologia). Nesse sentido, a formação conjunta e transversal de recursos humanos coaduna a pesquisa, as experiências acadêmicas e a inserção internacional.

As inter-relação foi um dos aspectos essenciais. A força criativa entre pesquisadores da rede traduziu-se na coparticipação, um esforço coletivo entre pesquisadores de diferentes áreas, instituições e países. Dessa colaboração nasce o denominado Fator C+T, isto é, um tipo de solidariedade conjunta de um quefazer coletivo. Para sinalizar a transversalidade, melhor usar no plural. Deste modo, o adequado é Fatores C+T, reunindo “C” de colaboração, cooperação e, de modo especial, coparticipação (no sentido de esforço coletivo) e “T” de transversalidade (Pizzi; Cenci, 2023).

A ideia remete à inspiração inicial do projeto do Observatório da UFPel, encontrada em Honneth, no seu livro *La sociedad del desprecio* (2011), especialmente no capítulo “Patologías de lo social: tradición y actualidad de la filosofía social” (p. 75-125). Nesse capítulo, Honneth destaca a tendência das diferentes áreas do conhecimento nos últimos 200 anos, acentuando a diferenciações internas dos campos do saber, cuja consequência redundou no “surgimento de uma multipartição de subdisciplinas e áreas específicas” (Honneth, 2011, p. 75). A subdivisão gerou, então, o fracionamento, ou seja, a separação entre áreas clássicas do conhecimento e, ao mesmo tempo, provocou a criação de várias e diversificadas disciplinas no interior dos cursos universitários. Esse processo acadêmico foi possível graças à departamentalização, isto é, a subdivisão e a separação dos cursos e áreas do conhecimento.

Imre Lakatos diz que “o problema da demarcação” entre os campos do conhecimento não é um “problema qualquer da filosofia” ou das ciências como tal (2010, p. 9). Honneth se reporta ao caso típico da filosofia, disjunção que deteriora a demarcação entre o horizonte político e o campo social. Para o pensador alemão, houve, no espaço anglo-saxão, a diluição das áreas tradicionais da filosofia – como ética, história da filosofia, teoria do conhecimento, lógica etc. – para introduzir uma variedade de subdisciplinas, às vezes sem conexão com a própria filosofia. Mais precisamente, Honneth menciona a forte incidência da área política em detrimento à dimensão social que, no contexto alemão, transformou a filosofia social em uma “disciplina residual” (2011, p. 75). De forma mais drástica, não poucas vezes a filosofia social é tratada como uma “filosofia de salão” (Lakatos, 2010, p. 9).

Ao parecer, Ivan Domingues também escolhe essa versão, pois, para ele, no Brasil, nos últimos 50 anos, a filosofia chancelou, embora de forma extremamente idealizada, uma preocupação muito mais acentuada para “com a política” (2017, p. 485). Trata-se de um caso comum no qual, nos últimos dois séculos, as fronteiras entre os âmbitos políticos e sociais se tornaram “cada vez menos claras.” Ao perder o foco em determinados eixos troncais, novas disciplinas foram introduzidas, às vezes com o simples intuito de compensar as decorrentes deficiências. Outras vezes, as pesquisas, disciplinas ou conteúdos de aula limitam-se ao estudo de um autor específico, sem qualquer conexão

“entre contexto de gênese e contexto de validade de uma teoria” (Gomes, 2023, p. 16). Por isso, atualmente “ninguém sabe dizer, com segurança, quais são as linhas de divisão entre a filosofia moral, a filosofia política, a filosofia da história ou a filosofia da cultura” (Honneth, 2011, p. 75).

Essa demarcação se torna ainda mais deficitária quando, por exemplo, inexistente qualquer preocupação com o contexto da gênese e o contexto de validade de uma teoria. O *deficit*, segundo Honneth, tem dois séculos. Para ele, desde Hobbes, passando por Rousseau, Nietzsche, Marx, entre outros, a dispersão gerou “zonas de conflito” sem precedentes, pois as narrativas monolíngues permanecem fechadas para o “mundo”. Esse clima se perpetuou durante grande parte do século XX, de modo que a discussão atribuiu, por exemplo, ao âmbito político um caráter sobressaliente, enquanto o terreno das questões sociais se converteu em temáticas de segunda ordem. Do ponto de vista epistemológico, assim como defende Imre Lakatos, os procedimentos das ciências modernas refutaram a ideia de um “núcleo consistente” e, no seu lugar, criaram espaços para a rivalidade (Lakatos, 2009, p.135). A ideia do paradigma único é, pois, motivo de desconfiança. Deste modo, é razoável ponderar a respeito da diluição, esfacelamento, fracionamento ou a fragmentação de áreas e disciplinas, cada uma delas procedendo de forma monolíngue, com a absoluta e exclusiva autonomia e autodeterminação, muitas vezes, sem qualquer comunicação, diálogo e troca de informações.

Por isso, relegada à “situação precária”, a “unidade básica” e, inclusive, a delimitação específica do campo de abrangência de cada área ou disciplina acabaram por transformar-se em ramificações confusas, dada à “distensão de seu campo de tarefas”. Como foi mencionado, Honneth destaca o horizonte anglo-saxão para demonstrar que a esfera da política assumiu o protagonismo, de tal maneira que a área social “já não apresenta características próprias” (2011, p. 76). Essa disjunção foi também um debate persistente entre os pesquisadores do Observatório. Então, passados cinco anos de reuniões, estudos e publicações, creio que as controvérsias entre a noção de ‘social’ e a categoria ‘sociedade’ ainda persistem sem uma delimitação razoável.

Nesse sentido, as indefinições e a própria fragmentação seguem sustentando “zonas de conflito”, aspecto que, a princípio, não é deveras maléfico. No entanto, não há como negar que as disputas entre áreas e disciplinas – ou subdisciplinas – geram mal-estares, inimizades e separações entre estudiosos, departamentos, grupos de pesquisa e na universidade em geral. Nesse ínterim, algumas das áreas ou disciplinas, relativas à formação humana, passaram a ser tratadas como residuais. Em outras palavras, para a área da Educação, o foco central não é mais a formação humanística e social, pois o enfoque parece centrar-se na pura e simples profissionalização.

A esse respeito, destaca-se a educação em espaços neoliberais, cujo modelo fabril e fordista, denominado de broadcasting, consiste “em um docente que emite e um grupo de estudantes que recebe os conteúdos de forma passiva” (Aparici et al., 2018, p. 4). Em outras palavras, as “pedagogias críticas” da Outra

Educação e as pedagogias críticas para o século XXI (2018), o déficit atual da educação destaca a mudança de foco, deixando de lado a preocupação com a formação cidadã e moral do sujeito. No caso, o aspecto mecanicista realça as relações de poder e reforça os privilégios existentes. Tal viés vai projetando uma educação voltada ao mercado, isto é, à reprodução do sistema mercadológico como se o mundo de hoje fosse o melhor dos mundos.

Assim, muitas disciplinas simplesmente desaparecem do organograma dos cursos, com o único fim de “enxugar” os currículos. Há casos em que também as obrigatórias simplesmente deixam de existir. À medida que a profissionalização eleva sua apreciação, diminuem-se aspectos da formação para a vida. Em outra direção, o religar-se e o enamoramento pelo con-viver, na acepção de *Mitleben*, reverte a tendência necrófila. Por isso, “o sintagma con-viver se converte em apelo ao enamoramento pela vida”, no sentido de reverter a “tendência patológica do ressentimento doentio e anômico” (Pizzi, 2020, p. 22).

Tal monolinguismo aprofunda a desconexão entre o aspecto profissional e a formação humanística. De acordo com Lakatos, muitos relatos ou conteúdos não passam de “histórias sobre demônios, anjos, diabos, céus e infernos”, porque pensadores se tornaram “convencidos sectários de noções absurdas” (2010, p. 9). Nessa direção, o agir “intencional e a racionalização meios-fins podem, em princípio, ser combinadas com qualquer tipo de motivação” (White, 1995, p. 22). Na ideia de Agamben, o “lugar comum” (2016, p. 16ss) deixa de ser a referência para a compreensão das escansões específicas de cada área e de suas interligações com as outras áreas, isto é, das particularidades e a esfera comum ao conjunto dos saberes.

Então, o fato de “encontrar o mundo”, como frisou Raul Pompeia, já não é mais o *factum* do saber humanístico, pois se trata de adequar os incentivos motivacionais aos interesses estratégicos-rationais ligados à satisfação dos desejos e necessidades individuais, isto é, a dimensão motivacional coaduna o agir conforme motivações voltadas unicamente a “nossas vidas individuais” (White, 1995, p. 27). Ou, como salienta Ivan Domingues, a multiplicidade favoreceu a especialidade particularista, um tratamento do tipo “taylorismo acadêmico”, cuja “linha de produção” locomove-se a partir dos “bens fungíveis do mercado” (2017, p. 493). Deste modo, ainda persevera, e permanece como referência teórica, as noções de Frederick W. Taylor, não apenas como forma de gestão, mas como política e diretrizes para a educação com base na maximização da prosperidade (Taylor, 1995, p. 24).

A sociedade burocraticamente organizada e centralizada conjuga o *homo automata e mechanicus* com o *homo consumens*, ou seja, um indivíduo “profundamente atraído por tudo o que é mecânico” (Fromm, 1980, p. 62). Essa atração retrai qualquer expectativa ao ímpeto pela vida, ou seja, sua predisposição provoca o arrefecimento a tudo o que seja vida e vitalidade. Desse modo, entende-se a recusa em estudar, por exemplo, questões relacionadas ao habitat relacionado aos humanos, não humanos e com a ecologia. Na verdade, esse habitat também sofreu o desprezo e a negligência daqueles que apenas se preocuparam consigo mesmos.

Em relação a isso, há duas considerações. A primeira vincula-se ao modelo padrão que privilegia o autointeresse como *Amour de soi* (traduzido como amor de si). Embora não haja uma separação, o “amor de si e o amor-próprio”, quando vinculados ao bem-estar “como a única motivação da atividade humana”, pode delimitar o agir ao egocentrismo do autointeresse individual (Adam, 2003, p. 78). A reinterpretação dessa perspectiva, a partir de Taylor, remete aos “princípios de uma gestão científica”, provocando um “efeito sobre a moral” dos trabalhadores, conquanto seus resultados se tornam mais eficientes na medida em que “a ambição de cada um é pessoalmente estimulada” (Taylor, 2017, p. 60). Nesse sentido, é possível afirmar que o estímulo ou as inclinações do amor de si se resguardam, em muitos casos, nos “limites estreitos da exclusiva busca autocentrada” (Sen, 2011, p. 62).

A segunda referência pode ser encontrada no e-book *Glosario de Patologías Sociales* (2021), onde há duas manifestações relacionadas ao processo da maximização da prosperidade. Andrea Díaz Genis realça o tipo de educação “submetida ao rendimento”, cuja “lógica produtivista” tem um valor em si mesma, processo imita a educação, mas que, no final, que gera a desescolarização da grande maioria dos estudantes e professores. A maximização propõe, então, a criação de “um sujeito educador e educando em função e para determinados resultados”, provocando um empobrecimento ou “eliminando a importância da verdadeira qualidade do aspecto educativo” (Díaz Genis, 2021, p. 56).

Nessa direção, Noelia Carrasco salienta a questão epistemológica de fundo, ou seja, um modelo de ciência preocupada exclusivamente em alcançar determinados objetivos. Então, nas universidades e centros de pesquisa, existe a predominância de um modelo de ciência voltada à produção de conhecimentos de tipo empresarial. Para Noelia Carrasco, as “ciências desenvolvimentistas se acomodam em um status político e cultural de privilegio, assumindo o papel de preservar a instrução moderna e capitalista, protetoras de sistemas e estilos de vida instituídos universalmente como sendo ótimos e desenvolvidos” (Carrasco, 2021, p. 174). Ao considerar um modelo exclusivista, estabelece-se, então, uma hierarquização entre conteúdos, projetos e financiamentos, classificando alguns como prioritários e outros, em contrapartida, como de segunda ordem, circunstanciais ou, para ser mais enfático, marginais.

Então, a estratégia de muitas instituições ou escolas, professores ou pesquisadores, em vistas a não abandonar por completo o dilema, mantêm muitas disciplinas em seu programa de estudos, mas sob a tutela de outras. Em outros casos, a opção está em manter – ou, então, introduzir – a orientação social e ecológica, mas apenas e somente enquanto optativas. Por fim, a terceira opção designa sua função doutrinária, como seria no caso das religiosas, em vistas a uma formação prática para a vida vinculada ao ensino de caráter doutrinário. Em poucas ocasiões, diz Honneth, existe uma preocupação com a realidade social, cujo ponto de partida é o “diagnóstico contemporâneo” (2010, p. 75).

Como é possível perceber, Honneth destaca que, além do diagnóstico, uma das características fundamentais seria a intervenção. Ou seja, ao acreditar que

a educação pode – e deve – ser propositiva e, portanto, gerenciar intervenções, a noção de “diagnóstico contemporâneo” se torna um dos afazeres intrínsecos à formação humana. Para Honneth, os termos diagnóstico e patologia têm origem na medicina, mas eles podem também estar vinculados a comportamentos sociais que atrapalham a convivência, pois intoxicam os vínculos sociais. Para Axel Honneth, um processo filosófico-histórico das patologias trata do “desenvolvimento errôneo de todo o processo da civilização” (2011, p. 107). Em outras palavras, o pensador alemão refere-se a “desenvolvimentos deficientes historicamente situados” (Honneth, 2011, p. 109).

Erich Fromm, muito antes de Honneth, salienta que o ser humano se enfrenta a duas orientações que contrastam “o amor à vida” em oposição ao “amor à morte” (1965, p. 48). A necrofilia não se relaciona apenas a um sujeito individual, pois se trata de um sintoma pessoal e social ao mesmo tempo. Literalmente, a necrofilia significa amor aos mortos (Fromm, 1965, p. 41), uma propulsão à destruição, sadismo e brutalidade. Na prática, ela condiz com aquelas pessoas atraídas e fascinadas por “tudo o que não seja vida e que deixou de viver: cadáveres, decomposição, fezes, sujidade.” Para Fromm, a necrofilia se relaciona a indivíduos que insistem constantemente em “falar de enfermidades, de enterros e de morte” (1965, p. 42). No caso, alimenta-se a disposição concernente a catástrofes e calamidades, acidentes e destruição, sofrimento e dor, uma verdadeira *via crucis*, individual e socialmente sinistra. Essa propensão significa, então, o arrefecimento dos ímpetus e motivações cordiais, de forma a minimizar e eliminar os apetites voltados à vida e à vitalidade do con-viver.

Então, e retomando Honneth, a palavra diagnóstico se refere à “captação precisa e a identificação de uma enfermidade, de modo que o organismo humano possa ser afetado” (Honneth, 2011, p. 114). Na área da filosofia prática, o termo patologia social aparece como uma das distintas expressões voltadas à análise do mal-estar social, sinônimo de anomalia, anomalias ou, simplesmente, patologia social. Todavia, o uso da expressão faz parte também dos escritos de Habermas, referindo-se a modelos de racionalização que afetam as interações sociais, conduzindo a falácias, enganos, ardilezas e coerções e, por estes motivos, conduzem à instrumentalização das relações (1987 II, p. 533).

Como já foi salientado, as expressões “patologia” e antídoto são típicas da área da medicina. No entanto, é possível encontrar em pensadores e críticos sociais um leque pluridiverso, utilizando-se do sintagma para o diagnóstico e processos terapêuticos a respeito dos transtornos que geram sentimentos de mal-estar e sofrimento social, os quais afetam a vida na sua noção de normalidade. Ou seja, seu significado encontra eco em diversas áreas das ciências (Cenci et al., 2023, 53ss).

Na perspectiva do OGPS, o termo patologia social faz menção a um contexto social enfermo. Ele remete, portanto, à análise crítica da sociedade capaz de diagnosticar a precariedade, a vulnerabilidade de grupos e de pessoas invisíveis aos olhos do capitalismo, que os mantêm em situações sub-humanas ou, em subempregos. Na interpretação de Honneth, as relações pessoais contornam

“o amado, o amigo ou a esposa”, vínculos não necessariamente ligados às relações íntimas, mas também as amizades, o apreço ou afeto, de modo que as interconexões pessoais estejam estruturadas mediante consentimento mútuo. No entanto, a orientação nefasta das formas de tratamento pode debilitar os vínculos ao ponto de criar as condições patológicas de tipo necrófilas.

No capitalismo tardio, a exacerbação da competitividade, a necessidade de prestígio para “vencer-vencer” (*win-win*) a qualquer custo e, em terceiro lugar, o afã de destacar-se frente aos demais (Honneth, 2011, p. 85) criam, então, as condições para os cânones estratégicos e individualistas. No caso, os grupos étnico-raciais, classes ou estamentos pretensamente “mais” fortes, robustos, poderosos, conquistadores e dominadores se adjudicam a presunção de se imporem sobre os demais. As reivindicações da agenda desses grupos se vinculam à supremacia étnico-racial, à teoria da conspiração do genocídio e nacionalismo brancos, etc., concebendo as esquerdas, as minorias e os movimentos reivindicatórios como desagregadores da “normalidade” social. A artimanha deste “particularismo individual” (Honneth, 2011, p. 85), ou seja, a atomização estratégica consiste em acalantar os “diferentes” como frágeis, débeis e enfraquecidos e, por essa razão, atentatórios ao Estado de direitos. Nessa condição, satisfação dos impostores se reflete na alegria e na fruição do seu furor, um tipo de avareza porque os fracos se transformam em presas fáceis de suas pretensões impostoras e necrófilas.

Publicações do OGPS e a criação dos fatores C+T

A primeira etapa da pesquisa coletiva foi publicada no *Glosario de Patologías Sociales*. Em forma de e-book de livre acesso, conta com 23 autores diferentes, de oito países e 13 instituições distintas. Trata-se da compilação de algumas categorias, um tipo de glossário, salientando distintas patologias sociais que, atualmente, geram sofrimento e dor e, portanto, perturbam a convivência social. As expressões fazem referência a situações relacionadas a anomalias de nosso tempo e, por este motivo, podem contribuir para a análise dos déficits sociais. As patologias podem ser em forma de manifestações derivadas da utilização de expressões e, ainda, em forma de atitudes nocivas, ou seja, com um caráter tóxico, pois que afeta negativamente a convivência social.

A ideia motivadora do e-book consistia em aclarar a gramática das patologias sociais, não tanto no concernente às enfermidades em si, mas de concepções ligadas a “estados anormais como tal”. A proposta consistia em cinco passos fundamentais: a) etimologia da ou das palavras; b) topologia, ou seja, sua prevalência; c) os sintomas e manifestações sociais; d) as possíveis mutações que possam ocorrer, isto é, a etiologia; e) por fim, indicar os prognósticos para possíveis intervenções. Em outras palavras, além de aclarar o significado e a topologia e seus sintomas e manifestações, a pretensão do diagnóstico exigiu também a necessidade de indicar alternativas saudáveis.

Com a publicação do e-book, uma nova investida foi realizada, com o objetivo de confrontar resultados do glossário com dados colhidos através de um

formulário eletrônico. O questionário apresentava três questões: 1. Descrever, com suas palavras, uma conceptualização de patologia social; 2. A partir de sua compreensão, qual deve ser o objetivo de um instrumento voltado a perceber as patologias sociais; 3. Citar que patologias sociais devem ser integradas ao instrumento. O resultado foi publicado no volume suplementar da Revista Dissertatio de número 13, “Dossiê Teoria Crítica e patologias sociais”. Nele, a análise destaca distintas esferas, conforme quadro abaixo:

Quadro 1– Síntese das esferas/categorias das patologias sociais

Esferas	Categorias
O que são patologias sociais no coletivo	- Alterações da normalidade (hegemônico ou do padrão) - Situações cotidianas - Vulnerabilidades - Transtornos de convivência
O que são patologias sociais no individual	- Transtornos mentais - Doença e dor - Vulnerabilidades - Transtornos comportamentais
Quais os efeitos das patologias sociais	- Interferência nas relações - Geração de sentimentos/ comportamentos ruins - Constituição de massas

Fonte: Castilhos et all, (2023, p. 11).

Como é possível perceber, a classificação por esferas conseguiu identificar a possível separação entre o individual e o social. Não há nada que faça menção ao âmbito ecológico. Então, não se trata de conceitualizar ou, então, destacar qual seria a sentença que melhor define ou que pode exprimir uma definição de patologia social, mas na sua incidência e quais efeitos e prejuízos uma patologia social pode ocasionar, seja no aspecto individual ou social. Assim como foi destacado início, as “fronteiras” parecem ser tão tênues a ponto de impedir uma delimitação entre o individual e o social, entre o privado e o público. No entanto, como salienta White, a prevalência das motivações pode limitar-se ao autointeresse individual e, assim, conferir prioridade às determinações egoístas dos cálculos racionais ou, em outra direção, justificar a preferência ao “caráter intrinsecamente intersubjetivo ou social” (1995, p. 25).

No caso das motivações de índole individualista, o excessivo apego às motivações particularistas pode caracterizar-se como uma patologia e, então, manifestando-se como um desequilíbrio entre as duas dimensões. O perigo, de acordo com Honneth, está em “permitir ao indivíduo adotar”, mediante a proteção do Estado, uma inclinação puramente privada (2015, p. 141). Neste caso, essa assimetria provoca disfunções sociais, que afetam o equilíbrio entre os direitos e os deveres, pois a esfera privada se sobrepõe a qualquer outro interesse social. O sujeito, enquanto “ator solitário” alimenta objetivos “que, a princípio, são unicamente estratégicos” (Honneth, 2015, p. 151), desalentando suas relações com os demais sujeitos e com o próprio entorno social. Evidentemente, uma perturbação social pode incidir na vida pessoal dos sujeitos a ponto de gerar –

como aparece no quadro acima – inquietações, vulnerabilidade e transtornos, isto é, “sentimentos/comportamentos ruins”.

A segunda publicação, posterior ao glossário – já mencionada e citada –, foi o dossiê publicado na Revista *Dissertatio*. Além dos textos de pesquisadores do OGPS, outros autores também contribuíram, compondo um leque multifacetado a respeito das patologias sociais e suas interfaces com o tempo presente. Além disso, há um elemento extremamente inovador, traduzido como esforço mancomunado através dos Fatores C+T. Como já foi salientado, os fatores são parte do Observatório, uma combinação criativa de palavras com o prefixo “co”, traduzindo-se em coparticipação, cooperação, colaboração, comunicação, esforço coletivo e, de modo especial, de coautoria (Pizzi; Cenci, 2023, p. 1). Trata-se do quefazer coletivo que releva a coautoria, a ação conjunta no diagnóstico e na análise e, inclusive, no delineamento de orientações para as práticas, propostas elaboradas por diferentes participantes, inclusive de áreas distintas. No caso, o projeto do Observatório Global de Patologias Sociais tem-se mostrado em exemplo de solidariedade conjunta entre pesquisadores de áreas distintas, como a educação, filosofia, saúde pública (odontologia) e outros campos da pesquisa e do conhecimento.

No caso, a inspiração inicial dos Fatores C+T se apoia no texto de Luis Razeto, quando discorre sobre a solidariedade. Quando ele trata da etimologia da palavra e seus usos, o chileno considerado pai da economia solidária, destaca três características fundamentais: o vínculo horizontal entre pessoas que constituem um grupo, uma associação ou uma comunidade; a força ou a intensidade da coesão mútua; e o vínculo especialmente comprometido entre pessoas e grupos (2003, p. 972). Todavia, ele não menciona qualquer vínculo com a ecologia.

Por isso, e embora seu aspecto sociológico, Razeto salienta sua acepção econômica. No entanto, não se trata de um conceito pós-convencional de solidariedade (Pizzi, 2005, 221 ss). Todavia, ao contrário da noção antropológica individualista e individualizante, ele realça o fato de existirem, atualmente, diferentes empresas associativas ou de mútuas, cooperativas ou de responsabilidade social com sustentabilidade etc. que se enquadram no que ele denomina “Fator C”. No sentido oposto ao autointeresse individualista, esse fator é resultado da solidariedade recíproca expressa através da criação de valores e recursos coletivos, salientando que “a união de consciências, vontades e sentimentos carrega um objetivo compartilhado, que gera uma energia social que se manifesta eficientemente, dando lugar a efeitos positivos e incrementando a obtenção dos objetivos da organização em que se age” (Razeto, 2003, p. 978-979).

A partir dessa concepção, o processo de compartilhamento entre áreas distintas permitiu ao Observatório compreender a força criativa de palavras com o prefixo “co”, porém com a inclusão da noção de transversalidade (T). Então, a lexicografia dos Fatores C+T coaduna ao quefazer coletivo no interior do próprio grupo, porém com a participação de pesquisadores e estudantes de outras Instituições de Ensino Superior do país e do exterior, uma coautoria que reforça a diversidade e a cooperação entre as áreas Sociais, Humanas e da Saúde. Esse

“processo de solidarização” não se traduz como assistência ou disposição em amenizar os transtornos dos demais, mas em laços que se expressam através do esforço transversal em pesquisa, tanto em relação aos recursos materiais, força de trabalho, conhecimentos técnicos, capacidades organizativas e de gestão, com também em produções coletivas e feedback relativo aos impactos no mundo acadêmico e social.

Sem dúvida, a transversalidade possibilitou rearticular os resultados como processo da aprendizagem coletiva. A orientação se desvincula, portanto, daquelas redes e organizações internacionais que apenas defendem a anti-democracia, as quais representam uma pequena porção da humanidade. Essa elite de milionários não tem nenhum compromisso com a justiça social com a questão climática ou com os direitos das minorias. O dossiê da Revista *Dissertatio* é exemplo do esforço mancomunado do Observatório, mas que, neste caso, encontra na revista mais um parceiro do Fator C+T. Trata-se do esforço cooperativo entre pesquisadores de distintas áreas (saúde, educação, filosofia etc.) com o fim de avançar nas lutas sociais por justiça e solidariedade. Essa noção contrasta com a perspectiva do autointeresse sustentado pelo *Amour de soi*, aspecto que será discutido a continuação.

O autointeresse mermado pelo *Amour de soi* (amor a si mesmo)

A vinculação entre o autointeresse e o *Amour de soi* remete ao estudo a respeito das possíveis distorções entre a autorreferência monológica e a forma de conceber a vida social. Não se trata simplesmente de uma narrativa, mas na análise teórico-filosófica e socioeducativa entre duas perspectivas de ação: a subjetivista em conformidade com o autointeresse individualista e as necessidades concernentes ao agir social. A questão ganha impulso com a teoria da escolha social. A intuição inicial é do Marquês de Condorcet e outros matemáticos franceses do século XVIII, mas somente ganhou força na metade do século XX, quando foi retomada e reformulada por Kenneth Arrow por volta de 1950 (Sem 011, 123).

Nesse sentido, as escolhas podem ser mentalmente consideráveis, mas sem qualquer relevância direta com as preocupações sociais e coletivas. No caso, a hierarquização das prioridades engendra uma dúvida metodológica, pois as “motivações básicas” constitutivas do agir humano se deparam com duas categorias distintas. Por um lado, a dimensão particularista do autointeresse e, por outro, as exigências sociais. Até que ponto as pessoas estão dispostas a deixar de lado seus interesses particulares?

O discernimento não é tão simples como parece, porque se trata de salientar um aspecto rousseauiano do *Amour de soi* ligado ao egoísmo individualista. De modo geral, a preocupação “para consigo mesmo” tem como foco a noção de inteirar-se de si mesmo, um processo particular em vistas “à obtenção de um conhecimento que o delimite em sua humanidade e o circunscreva em sua individualidade” (Adam, 2003, p. 75). Essa inclinação é, sem dúvidas, uma propensão ao autointeresse particular, perspectiva delimitada somente às buscas autocentradas no sujeito individualista.

Nesse sentido, não há como fugir dessa autoconsciência, ou seja, da familiarização a respeito dessa forma autorreflexiva enquanto “origem, desenvolvimento, natureza e estrutura” da noção de “ser sujeito” que necessita do reconhecimento dos demais (Mead, 1999, p. 381). Entre a pressuposição teórico-hipotética e as vinculações com os demais, há, no caso, “algum modelo do sujeito, isto é, alguma conceitualização mínima do que é ser humano” (White, 1995, p. 19). Independente de qualquer inclinação ou interesse privado, os sujeitos podem “tecer considerações respectivas” compartilhadas com os demais, uma “consideração recíproca” que, de acordo com Honneth, “constitui exatamente a condição indispensável para realizar os próprios objetivos de ação” (2015, p. 226). Como salienta Mead, a autorreflexão presume e implica a interrelação com os demais, processo em permanente reconstrução (1999, p. 387). Trata-se, pois, do reconhecimento recíproco voltado à auto- e à hetero-realização, que se complementam na reciprocidade dialógica entre sujeitos coautores.

O *Amour de soi* pode ser traduzido como *amor a si mesmo*, *amor de si*, *autointeresse* ou, inclusive, *cuidado de si*, seu conteúdo semântico confere ao sujeito o processo de reconhecer-se a si mesmo, fato indispensável para tomar consciência enquanto sujeito de desejos, necessidades e de deveres. Seja qual for a tradução, o *Amour de soi* afere, ao sujeito como tal, um otimismo no poder e na capacidade humana, alimentando e reforçando as escolhas e suas próprias capacidades decisórias. Por isso, o aspecto social – e, inclusive, a ecológica – exige ir além da autoconsciência de si mesmo e da autocertificação de seus desejos para, então, assumir suas necessidades e deveres enquanto sujeito em um mundo de vida (*Lebenswelt*). Nessa direção, o dilema, como salienta Erich Fromm, coloca lado a lado a “arte de amar” com o poder destruidor, narcisista e a fixação incestuosa do “desamor” (1980, p. 7).

Este é o ponto central da análise, não mais como narrativa, mas como eixo de interconexão entre o viés da subjetividade individual e o horizonte de interrelações ligadas ao mundo da vida, isto é, ao feixe de conexões “enquanto indivíduo” como particularidade, mas com vínculos sociais irrenunciáveis (Mead, 1999, p. 288). Nesse sentido, a tendência cognitiva realça os feixes dos interesses (individuais e coletivos), isto é, o autointeresse como forma de cuidado de si mesmo, na esperança de que essa perspectiva proporcione as garantias de reconhecimento mútuos, às vezes com o único fim de assegurar a sobrevivência individual e a prosperidade empreendedorista em todos os sentidos.

As reinterpretções salientam modos diferentes de compreender o ser humano e, ao mesmo tempo, de suas motivações. Por isso, e embora a diversidade de traduções, o *Amour de soi* foi o caminho para a interioridade, uma fonte fértil para o subjetivismo monológico. O debate que passou para a modernidade como “amor de si e amor-próprio”, aspecto que Rousseau se encarregou de aprofundar, conferindo ao indivíduo o dote natural de ser “o único juiz de suas rivalidades sociais, apesar de suas eventuais perturbações” (Adam, 2003, p. 78). Evidentemente, o pensamento francês tem uma significativa influência do pensamento de Rousseau, pois a perspectiva individualista perdura até os dias atuais.

Com um teor fisiocrata (Habermas, 1990, p. 94), o *Amour de soi* pode ser o impulso para a “virtude natural”, o que significa ter apreço e buscar somente aquilo que os desejos individuais inspiram. Há, portanto, um aspecto essencialmente volitivo, manifestando-se através da busca do “contentamento” de si mesmo (Adam, 2003, p. 78). Todavia, em um modelo capitalista de sociedade, extremamente competitivo e individualista como a atual, o *Amour de soi* se manifesta como autointeresse “por” ou “a” si mesmo. Por isso, as indagações: qual é o grande *mote* do autointeresse? É possível encontrar evidências de seu viés patológico ou patologizante? Como compreender o autointeresse enraizado no *Amour de soi*?

Em primeiro lugar, há um aspecto antropológico inerente à noção de natureza humana, com uma raiz na fisiocracia, ou seja, uma compreensão do ser humano como pertencente a uma ordem natural, de tal modo que o “direito natural fosse simplesmente reforçado e aplicado na lei dele deduzida” (Habermas, 1990, p. 94). A fisiocracia permite, então, traduzir a *ordre naturel* em um *ordre positif*, ou seja, na configuração de um direito positivo, regido pelo Estado, garantidor das inclinações naturais específicas do autointeresse. Na interpretação de Habermas, “a secularização do poder do Estado foi a resposta razoável às guerras confessionais da Idade Média” (Habermas, 2015, p. 269). Por um lado, persiste o pressuposto antropológico bivalente de o ser humano constituir-se, por natureza, como *bom* ou *mau* ou, então, ambas presunções. De permeio a Hobbes e Rousseau, Fromm faz referência ao lobo *versus* cordeiro, salientando “acontecimentos sociais e políticos dos últimos anos” que relevam a dupla tendência humana do amor à vida em oposição ao amor à morte. Por outro lado, a noção de vida saudável requer as pesquisas voltadas a diagnósticos relacionados aos vínculos entre sujeitos (vulnerabilidade social, reconhecimento, questão ecológica etc.).

Todavia, o individualismo monolíngue supõe que “toda a forma de vida social” atenda os impulsos, necessidades e deveres de cada sujeito. Nesse sentido, Honneth demonstra que a distinção rousseuniana inclui, por um lado, uma perspectiva instintiva, isto é, uma “forma de vida” nutrida pelos impulsos e volições e, então, a “luta pela sobrevivência” com base nesse “estado de natureza” primitivo (2011, p. 80). Por outro, e ao mesmo tempo, esse tipo de “virtude natural” se enfrenta aos regramentos e exigências da vida social, isto é, ao “espaço público político” de uma forma de vida social.

Nesse sentido, o ponto central da tese de Rousseau investiga a natureza humana, isto é, a forma original da existência do ser humano, frente ao fundamento legítimo da ordem social. O “andarilho solitário” – como é chamado Rousseau – afirma: “Quero indagar se pode existir, na ordem civil, alguma regra de administração legítima e segura, tomando os homens como são e as leis como poder ser” (1983, p. 21). No fundo, o francês questiona a constituição teórica em torno ao visível e mensurado frente ao que, por natureza, é invisível.

Na interpretação de Habermas, a tendência fisiocrática realça a perspectiva de “autonomia privada” e, de forma enfática, a obrigação de “automanutenção individual” face às coerções das leis do direito positivo (1990, p. 89). Por um

lado, a “autorreferência individual” obriga ao indivíduo a buscar e conseguir a sobrevivência, mas, e por outro, ele é pressionado a cumprir com as exigências normativas inerentes à vida social. Há, portanto, uma ramificação entre os desejos e necessidades inerente e “naturalmente” voltados à sobrevivência e, ao mesmo tempo, uma exigência decorrente da socialização.

Com o fim de suavizar a tensão entre as duas esferas, Rousseau combina a tendência natural com a hipótese de um processo de expectativas compartilhadas por outros sujeitos. A assunção de motivação “autointeressada” se sustenta, então, na ideia de que os “bens públicos” ou “coletivos”, isto é, “bens que, se forem fornecidos (para todos os propósitos práticos) deverão ser fornecidos a todos os membros de uma comunidade” (White, 1995, p. 23). As exigências de socialização condizem, portanto, a impulsos externos, ou seja, a partir de uma idealização “acrescentada artificialmente” e matizada pelo Estado e seu corpo de leis. A interposição de um “corpo de leis” engendra a idealização de que a promessa do bem comum torna os indivíduos cidadãos cientes de sua capacidade de se autorrealizarem conquanto cumpram com as normas de uma convivência socialmente saudável. Ou seja, nas “relações reguladas pela interação”, o ser humano se vê obrigado a regular seu agir considerando a “externalização” das orientações do agir (Honneth, 2011, p. 84).

Deste modo, e no plano ideal, todos poderiam ser “proprietários e cidadãos iguais” (Habermas, 1990, p. 95). Para consolidar essa idealização, seria necessário, então, um processo educativo dos desejos e das necessidades de cada indivíduo, conquanto o Estado afiance o patrimônio particular de cada indivíduo, fruto dos êxitos prometidos pelo sistema e conseguidos pelo “cidadão”. Então, o abandono de “estado de natureza” deverá proporcionar os bens necessários para a sobrevivência e a autorrealização de cada indivíduo como tal. A garantia de autorrealização presume, portanto, a submissão às “leis gerais e à cooperação com a vontade geral, da qual as leis como tais emanam” (Habermas, 1990, p. 104).

Porém, como salienta Daniel Guérin, “o povo não faz metafísica” (1974, p. 16). Em outras palavras, a vida cotidiana não comporta apenas teorias, porque, além da vontade e do dever, as necessidades forçam o indivíduo a lutar e conseguir sua sobrevivência. Os desejos e ambições centradas no *Amour de soi* se defrontam às “paixões sociais”, um desdobramento que provoca uma cisão entre o “amor de si, segundo a ordem da natureza” (Adam, 1983, p. 78) e o amor-próprio voltado à sobrevivência. Ou seja, o “autointeresse ou orientação para si mesmo, a qual ainda que enraizada no motivo da simples autopreservação física”, não pode e jamais deve renunciar “completamente da necessidade de se alimentar e de se vestir” (White, 1995, p. 25). Embora o autointeresse e “mesmo a autopreservação” sejam confrontados com “outras motivações”, à primeira vista e, de forma estratégica, a escolha dará prioridade à opção por sobreviver e garantir a posse dos bens próprios (ou adquiridos). Essa garantia efetua-se na medida em que o sujeito recusa os “deveres intersubjetivos”, ou seja, abre mão na “conformação de vida individual” (Honneth, 2015, p. 160-1). No fundo, não há qualquer outra alternativa,

pois, de modo imediatista, o ímpeto de primeiro nível das possibilidades de escolha acaba conferindo prioridade (por direito e por dever) a alimentar-se e a sobreviver, condição indispensável para continuar a existir.

Nesse caso, como desta Guérin, não há metafísica ou idealismo, pois, em uma sociedade capitalista de rentistas (ou propensos empreendedoristas), as “maiorias”, como diz Raul Pompeia – frase epitáfio do texto – apenas sobrevivem. No caso brasileiro, o recorte divide os grupos sociais em duas partes: por um lado, a grande maioria das famílias, que apenas consegue subsistir com uma renda igual ou menor que um salário-mínimo *mensal*, enquanto uma pequena minoria de famílias abastadas e, por isso mesmo, superprivilegiadas continua percebendo um salário mínimo – ou muito mais que essa quantia – *por dia*.

Mecanismos de controle e distorções socioeducativas

Daniel Guérin afirma que, na modernidade francesa, as artimanhas das “novas formas de poder político” reproduzem “instituições antigas, dando-lhes um conteúdo novo” (1974, p. 16). No caso, ele está se referindo ao processo da Revolução Francesa, período em que Rousseau defendeu uma fórmula filosófica com base na religião natural. Sem dúvidas, essa questão conforma o eixo central de um debate filosófico, com enorme repercussão. Todavia, o foco se atém ao processo, através do qual, ele acreditava que seria possível realizar “a transformação da natureza humana corrompida em uma pessoa moral como cidadão do Estado” (Habermas, 1990, p. 102). Então, Guérin, ao frisar o “conteúdo novo”, tem em vista o acondicionamento dos desejos e necessidades individuais às “expectativas” que os outros indivíduos esperam dele (Honneth, 2011, p. 83). Por isso, as paixões e necessidades de cada indivíduo passam a estar atrelados aos desejos dos demais “cidadãos”.

Como foi salientado, não se trata aqui de narrativas, mas da condição humana frente à necessidade de agir e, por esta razão, dos mecanismos concernentes às tomadas de decisão. Sem dúvidas, a perspectiva rousseauiana tem um “sistema a defender” (Beyssade, 2003, p. 516). Sem dúvidas, Rousseau não só conheceu Condorcet, mas participou das discussões teóricas a respeito da teoria das escolhas sociais. No caso, a base e o direcionamento não se conformam com a precariedade argumentativa do desconstrutivismo, seja do padrão proposto por Nietzsche ou por Foucault, porque a validade tanto de um modelo como de outro “parece repousar sobre um ‘desumanismo’ básico” (White, 1995, p. 32). Por isso, a teoria das escolhas conforma também a perspectiva do autointeresse e o problema das escolhas. Como salienta Amartya Sen, as escolhas presumem sempre um caráter individualizado, mas existem também instituições que podem garantir o bem individual e de todos os cidadãos (2011, p. 106).

No horizonte de uma perspectiva reconstrutiva, o diagnóstico entre o individual e o social pressupõe a análise crítica de cada fato, situação ou fenômeno. Por isso, o substantivo crítica (do latim *criticus*, a, um; ou do grego *kritikós*), na sua constituição, condiz com a arte de apreciar e julgar. Todavia, seu uso somente ganha evidência na modernidade. Por um lado, a crítica sempre aparece

permeada de “elementos subjetivos” e, por outro, desestabiliza a tradução (Castro, 2004, p. 69). Em outras palavras, ela se insere em um *topos*, pois trata de “julgar” um determinado contexto ou obra, cujo significado e sentido foi tornado público e, por isso mesmo, passível de contestação. Porém, o risco de um “desencantamento”, isto é, presumir um esfacelamento de qualquer texto ou “contexto” público significa, nada mais e nada menos, que promover a precariedade desconstrucionista. Em certa medida, a desconstrução significa uma “irritação fatal” para com a modernidade, a “melancólica constatação” típica de quem permanece “na *defensiva*” (Bayón, 2004, p. 83). Então, seja em relação à crítica social ou literária, ou de qualquer outra espécie, seu significado, enquanto disposição publicizada e reiterada, exprime simplesmente tempos de “caducidade, escombros, lutos, ou seja, recorre à lógica do sinistro, do desgarrar e, portanto, de afrontamento de nossa condição” (Castro, 2004, p. 71).

No *Dicionário Paulo Freire* (2010) o substantivo crítica sequer aparece. Nele, todavia, há uma referência a “criticidade” como sendo um tipo de *curiosidade epistemológica* no sentido e “criar condições para a construção do conhecimento pelos educandos, a partir da definição conjunta de conteúdos a serem trabalhados e o estabelecimento de um diálogo crítico-problematizados” (Moreira, 2010, p. 98). Mas essa caracterização não converge com a amplitude da obra do próprio Freire. Por isso, a proposta do texto remete ao significado de crítica relacionando-o ao apelo especial reconfigurado a partir da noção de diagnóstico. Na verdade, e em boa medida, crítica e diagnóstico se complementam, pois existe um núcleo que perfaz a ideia de expor uma situação ou um fato e, então, poder realizar um exame detalhado a partir de critérios reconhecidos como válidos por todos.

Sem dúvidas, a delimitação é deveras sucinta, pois a análise crítica das distorções socioeducativas se associa ao diagnóstico crítico dos mecanismos de controle inerentes ao *Amour de soi* e às motivações relacionadas ao agir humano. Nesse sentido, é importante destacar o pressuposto rousseauiano, no qual o sujeito se encontra frente a frente com dois apelos: “vontade geral” (do cidadão) e com a “vontade que ele tem como homem ligado a seu interesse particular” (Beyssade, 2003, p. 521). No fundo, diante das disputas e conflitos sociais, “os sujeitos cada vez mais tendem a planejar suas ações do ponto de vista de suas perspectivas de êxito [...]” (Honneth, 2015, p. 164). Por isso, ao se tratar de um contexto de validade, como presume David Gomes (2023), haveria, pois, uma dissociação entre as duas pretensões, ou seja, entre os apelos de uma cidadania inerente a todos e às exigências particulares. Então, frente à necessidade de escolhas, o indivíduo deve “prever” quais vantagens ou valores básicos ele conseguirá, com vistas a garantir sua própria sobrevivência.

Trata-se, portanto, de preferências que poderão ser justificadas de forma racional (White, 1995, p. 23). As escolhas permitem ao indivíduo, como salienta Rousseau, ganhar “a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui” (1983, VIII). Como aparece na obra *Do Contrato Social*, a garantia mais saliente é a comprovação da “posse” e o domínio real das “coisas” que ele tem, o verdadeiro “senhor daqueles bens” (IX). Então, as motivações do agir humano têm como

base os “afetos ou sentimentos e paixões” e, ainda, a exigência de “ser um bom esposo e bom pai, bom cristão e bom vizinho” (Beyssade, 2003, p. 520). No fundo, o indivíduo busca, através de suas decisões, garantir tudo o que necessita para a sua sobrevivência. Deste modo, seus cálculos nada mais obedecem ao autointeresse egoísta, maximizadores da utilidade (White, 1995, p. 23). As opções de escolha não lhe oferecem outra saída a não ser garantir seu momento presente – a sobrevivência – e, ao mesmo tempo, antecipar um futuro sólido, através do uso e da disposição de suas posses ou propriedades.

Como foi destacado, as duas categorias motivacionais oferecem as coordenadas para as escolhas. No entanto, a preocupação para “consigo mesmo” se vincula a estratégias de ação com vistas a alcançar um “fim que não seja puramente auto-interessado” (White, 1995, p. 23). Mesmo assim, a dúvida persiste, pois permanece a confrontação entre as “expectativas associadas ao papel de um cidadão de uma organização política” e *pari passu* o autointeresse justificado no *Amour de soi*. Em se tratando de uma hierarquização, parece haver um permanente e interminável dilema, de forma a acentuar escolhas concernentes ao amor por si mesmo, isto é, o autointeresse como garantia da sobrevivência individual.

Deste modo, é possível entender o excessivo egoísmo atual, pois as escolhas estratégicas dos indivíduos podem dar prioridade aos interesses individuais, sem qualquer compromisso com os âmbitos políticos e sociais, muito menos com a justiça e a solidariedade. Em outras palavras, o modelo bipartido e bivalente não apenas promoveu uma cisão entre duas perspectivas, pois se transformam em motor para garantir um espaço majoritário à esfera privada. Deste modo, o autointeresse como prioridade, afixando escolhas vinculadas ao *Amour de soi*, cuja prioridade é a sobrevivência individual.

Daí, então, o *Amour de soi* como base as motivações de cunho subjetivas, o que significa uma inclinação acentuada nas escolhas de cunho meramente pessoal. Embora o Quadro 01 destaque duas esferas das patologias sociais, o tempo presente evidencia a exteriorização de motivações que alteram o equilíbrio entre o coletivo e o individual. Afinal, quando se trata de preocupações individuais, as evidências salientam que os sujeitos tendem a garantir a natureza “interior”, pois “qualquer pessoa pode dispor completamente daquilo que, de sua propriedade e de sua liberdade, esteja à sua disposição através de tais convenções” (Habermas, 1990, p. 103). Mais precisamente, as escolhas dos indivíduos recaem sobre a “proteção outorgada *pela sociedade* a cada um de seus componentes para a conservação de sua pessoa, seus direitos e suas propriedades” (Habermas, 1990, p. 103).

Como é possível perceber, o principal problema se relaciona às exigências de “tornar-se cidadão”, ou seja, ao fato de “sacramentar moralmente” o autointeresse como imperativo para “nossos desejos e sentimentos” e da maneira como eles espelham os “padrões de valor predominantes da cultura que nos cerca” (White, 1995, p. 140). O potencial desses padrões reforça o relativismo moral, de modo a considerar as motivações externas como sendo despóticas. No fundo,

o indivíduo se enfrenta a um despotismo externo. Incapaz de atender a todas as demandas, vislumbradas como empecilho para a realização da liberdade de usar, possuir e ampliar suas propriedades, seja em relação ao próprio corpo ou, então, a respeito dos bens como tal. Assim, esse indivíduo organiza suas decisões a partir de uma hierarquização entre o particular e o social. Diante da impossibilidade de garantir as duas dimensões, ele se vê obrigado a maximizar suas escolhas particulares.

Em decorrência, o indivíduo visualiza o Estado e as leis como imposição externa, isto é, como neutralizador de seus desejos. Então, os campos da política e do jurídico se transformam em empecilho, isto é, aspectos que interferem na sua liberdade e, por isso, sua indiferença ou recusa diante das exigências coletivas e sociais. Esta tendência parece acentuar-se, de diferentes formas, com apelos radicalistas, como aparecem nas manifestações contra a divisão de poderes, na objeção ao Estado de direitos ou à democracia representativa etc.

Porém, o enorme poder que o Estado exerce sobre o indivíduo, através da figura da “vontade geral”, requer um processo socioeducativo condizente com as premissas da socialização. A formação do cidadão obedece, então, os padrões concernentes à “religião do homem e do cidadão”, configurada no pacto social. O “novo espírito” significa não apenas a ruptura com o “mundo antigo”, mas consolidação de uma política educativa “institucionalizada”. Ou seja, um processo socioeducativo no qual o “Estado desempenha um papel decisivo no acesso à moralidade” (Beysade, 2003, p. 520). Em Rousseau há, portanto, uma maneira de salvaguardar “o fundamento mais sólido da moral” transformando a religião em assunto de Estado, ou seja, “a administração do estado civil caberia, não mais à igreja, mas ao Estado” (Guérin, 1974, p. 31).

Como escreve Honneth, as escolhas que a liberdade auferir a cada indivíduo “asseguram o direito de rejeitar obrigações sociais e laços contraídos, bastando que estes se mostrem incompatíveis com seus interesses próprios e legítimos ou com suas convicções morais” (2015, p. 223). Daí, então, a solução democrático-burguesa que “sacramentou moralmente” as vontades humanas (Beysade, 2003, p. 520), transformando o culto religioso em “assunto privado” (Guérin, 1974, p. 30). Como bem ressalta Habermas, “a secularização do Estado não representa ser a mesma coisa que a secularização da sociedade” (Habermas, 2015, p. 216). Na verdade, o contratualismo de Rousseau tinha como foco a formação de uma vontade moralmente plausível, pois as “motivações estratégico-rationais” do agir humano obrigam ao indivíduo a perseguir “com muita eficiência certos objetivos dados”, sem esquecer-se da “necessidade de se alimentar e de se vestir” (White, 1995, p. 25).

Como é possível perceber, núcleo teórico de Rousseau reforça a coerção externa transforma a natureza humana e cria as condições para que o “cidadão do Estado” seja apto para a “pacífica cooperação” com base em uma moralidade institucionalizada (Habermas, 1990, p. 109). O potencial para a formação da consciência se justifica, então, desde “como normalmente interpretamos nos desejos e sentimentos de maneira que espelham irreflexivamente os padrões de

valor predominantes da cultura que nos cerca” (White, 1995, p. 140). Em outras palavras, as decisões obedecem ao escopo interpretativo de nossa *Bedürfnisnatur* enquanto ideário de uma liberdade formal concebida politicamente. No caso, a instituição Estado assegura a *todos* os cidadãos os direitos que a escolha fisiocrática havia acolhido “como sacramento político: a *liberté*, la *propriété*, la *sûrete*” (Habermas, 1990, p. 106). Esses três direitos fundamentais do cidadão permanecem incólumes na medida em que se positiva o direito natural da liberdade, da propriedade e da proteção do corpo e da propriedade. Nesse sentido, a liberdade e a propriedade resguardam esse amor a si mesmo. Como foi salientado, há, nisso, uma garantia dos interesses particulares. Ao Estado, cabe a função de assegurar esses interesses individuais.

De forma mais clara, a positivação dos direitos constitui-se em uma das características do Estado capitalista, definindo as ações dos indivíduos através de uma educação moral e cívica. Todavia, sua base recusa o reconhecimento mútuo e, por isso, nega, “de maneira um tanto parasitária” qualquer compromisso com a “prática de vida social” (Honneth, 2015, p. 223). No caso brasileiro, durante algum tempo, as diretrizes nacionais perfizeram o escopo da formação de uma cultura cívica, cujo resultado foi a estratificação social que, atualmente, conforma a realidade do país. E essa foi a maneira como a ditadura brasileira moldou um processo socioeducativo, introduzindo conteúdos nos diferentes níveis de escolarização e formação superior. Sem dúvidas, esse é um exemplo carregado de distorções, pois, além de utilizar das instituições educacionais para moldar as consciências à submissão aos planos estratégicos nacionais. Essa estratégia permitiu a colonização desenfreada do país, hoje representada pela enorme concentração da propriedade, seja pelo agronegócio ou, então, pelas empresas imobiliárias urbanas.

Apenas como exemplos desse projeto estratégico, os militares brasileiros estabelecem uma perspectiva ideológica tradicional para a formação cultural brasileira, um aspecto “meramente formal e, de modo especial, instrumental e funcional” (Acerboni, 1969, p. 104). Não se trata, portanto, de uma perspectiva crítica, mas de um projeto de massificação com base na ideologia da segurança nacional. O objetivo era revelar o país, tomar consciência de suas potencialidades e dos problemas concernentes ao “atraso” e, então, desenhar um plano estratégico para o futuro nacional. No fundo, o projeto contribui para ampliar um tipo de conservadorismo nacionalista voltado a defender o moralismo impiedoso. Nesse sentido, a linguagem moral se resume a formar eficiente e espiritualmente, seja no campo privado ou público. Em outras palavras, a moralidade estratégica (ou simplesmente moralismo) supõe a escolha pessoal, isto é, autoimposta conforme interesses privados, enquanto que a pública é “imposta pelas leis e sancionada pelo Estado” (Comblin, 1979, p. 152).⁴

4 O fato de corroborar forças entre distintos setores da sociedade brasileira, *A marcha da família com Deus e pela liberdade* deu guarida à fórmula encontrada pelos grupos conservadores, antipopulistas e anticomunistas para manifestações públicas, em diferentes cidades brasileiras. Uma fonte importante para as inspirações iniciais foi o sacerdote irlandês Patrick Peyton, um *slogan* anticomunista que foi capaz de congrega diferentes grupos de empresários, de políticos e de

A consolidação de um modelo de civismo rousseauiano e de uma moral patriótica foi parte constituinte do plano estratégico desenhado pelo general Golbery do Couto e Silva. A difusão do ideário perpassa o ensino primário e secundário, através da introdução de uma disciplina híbrida chamada *Organização Social e Política do Brasil* e, no nível superior, de *Estudos de Problemas Brasileiros*. Seu receituário constituía em um emaranhado “corpo de doutrina sócio-política forrado de ideais”, voltados a promover um Estado-Nação em “plena fase de melhoramento técnico e de progresso social, onde há lugar para todos, desde que trabalhem e cumpram, de modo perseverante, com seus deveres nas tarefas a que se destinam” (Bosi, 1996, p. 314). Todavia, a realização desse plano presumia a “negação da política” (Comblin, 1979, p. 199). No fundo, o projeto moralizante consistia na substituição do engajamento político pela formação moral.

Atualmente, não há dúvidas a respeito do projeto nacional com base em um moralismo estapafúrdio e, portanto, desagregador do tecido social e da convivência na hospitalidade. A insistência no empreendedorismo representa a fé cega no mercado. Nesse sentido, cabe destacar outro exemplo, ligado às políticas identitárias. O identitarismo, de alguma forma também denominado movimento identitário, está produzindo um tipo de discriminação e de segregação insustentáveis. Seu processo argumentativo se baseia na consideração binária de salvação ou de condenação, uma polarização semântica entre o bom e o mau, cujos significados se reduzem às antinomias verdadeiro *versus* falso, verdadeiro ou não (Habermas, 2015, p. 17).

Amy Allen denomina de *principled contextualism* (contextualismo principialista) cuja base presume a relativização de qualquer forma universal de justiça ou de consideração moral, para, então, vincular todos os preceitos e formas de agir ao relativismo contextual específico (Habermas, 2015, p. 128). Para White, esse debate “é uma das questões chaves da filosofia contemporânea e, provavelmente, deverá ser respondida gradativamente no decurso de um longo período de tempo” (1995, p. 154). Enquanto isso, persiste a necessidade de entender os princípios do relativismo como parte do escopo dos multiculturalistas radicais, com um *modus operandi* que discrimina as minorias. Como salienta Habermas, as atuais “sociedades pós-coloniais de imigração, esta discriminação das minorias tende a ter origem em trivialidades culturais predominantes que conduzem a uma aplicação seletiva dos princípios constitucionais estabelecidos” (Habermas, 2015, p. 274).

Habermas afirma que esse relativismo “presume que cada ator escolha e calcule os meios e fins tendo como ponto de vista a maximização de utilidade ou de expectativas de utilidade” (1989, p. 483). A pretensão de validade com base no autointeresse com base no amor por ou a si mesmo, ideário que simplesmente reforça a noção de sujeito monológico e, por esta razão, dificulta a interação e a própria socialização e a convivência na diversidade, pois seu ponto de partida

sectores da igreja católica – nos últimos anos, através de grupos neopentecostais – voltados a sustentar e disseminar ideias ultraconservadores.

é o monolingüismo. Nessa perspectiva, os desejos exclusivamente individuais consolidam a vontade de uma minoria, ou seja, do controle da lei e da ordem judicializada e moralmente justificada. Por isso, as motivações do *Amour de soi*, conquanto seja reduzido ao agir estratégico, reforçam a realização de interesses privados, êxito que visa objetivos vinculados à manutenção da vida e da propriedade privada. Considerando o autointeresse como amor a si mesmo, o resultado só beneficia uma minoria, de forma que a grande parte da população resume seu dia-a-dia a assegurar sua sobrevivência, às vezes sem ter aonde dormir ou ter o que vestir.

Considerações finais

Desde o início (2018), o projeto do OGPS se apresentou como uma excelente alternativa para o fortalecimento da política de internacionalização da pesquisa e na conformação dos *Fatores C+T*. Embora a inesperada pandemia, o projeto significou um exercício hermenêutico no diagnóstico de nosso tempo e das patologias sociais que tornam o con-viver em agrura. A base teórico-filosófica inicial para justificar essas alocações foi Axel Honneth. Erich Fromm foi outra referência importante, principalmente através de suas considerações a respeito da biofilia e da necrofilia. Embora a certificação das patologias em uma era de profundas transformações, o *telos* continua alimentando espaços abertos ao diálogo e à diversidade. Todavia, sempre em vistas ao con-viver hospitaleiro e saudável.

A análise do tempo presente convergiu na noção de patologia social. No caso, não se trata de uma simples recapitulação, assim como sugere Agamben (2016), mas na perspectiva pós-metafísica. Ou seja, mais que uma análise semântico-gramatical, a perspectiva pragmática indica um quefazer prático. Nesse sentido, retoma-se a preocupação com o vocábulo *social* e sua incidência na análise das relações e vínculos humanos. Embora a forma residual, o léxico social ressurgiu como uma das questões a serem redefinidas a partir das noções de diagnóstico e de patologia. Por isso, este texto tem primeiro objetivo expor o debate em torno ao uso do termo social na área da filosofia e, conseqüentemente, para as Ciências Humanas e Sociais.

Como foi salientado, a crítica aos deficits de um processo socioeducativo com caráter taylorista se vincula às distorções do autointeresse estratégico como *Amour de soi*. Além de acentuar a multipartição de subdisciplinas, existe também uma exacerbação no autointeresse individualista, isto é, o acentuado caráter individualista das escolhas. Se, por um lado, a perspectiva rousseauiana oferece os pilares para as motivações da autoconsciência individual em um mundo social, a figura do Estado e seu corpo de leis sinalizam, por outro lado, limitações externas, tolhendo a liberdade individual. As duas vias representam, portanto, a completude de uma cidadania social.

Todavia, na impossibilidade de atender as condições plenas de ser cidadão, as escolhas vão obedecer a uma determinada ordem de prioridades. Ou seja, o foco no autointeresse como *Amour de soi* vai forçar a obediência a uma prioridade

determinante: a garantia da sobrevivência individual. Daí, então, o sesgo egoístico do agir, provocando distorções sociais e educativas. O desvirtuamento vai, então, trazer disfunções que, na percepção da pesquisa do OGPS, podem ser classificadas como patologias sociais.

No caso da educação, com o foco na profissionalização, o ensino brasileiro – das séries iniciais ao nível superior e de pós-graduação – se transformam em simples ferramenta para a domesticação profissional e, em alguns casos, na simples busca de progressão financeira. Nesse sentido, a redução do papel da educação é, hoje em dia, um dos fatores da crise persistente. Em outras palavras, apesar dos Planos Nacionais, os dilemas persistem, favorecendo a pura e simples mercantilização do setor. Nesta área, os patriarcas parecem permanecer em uma idealização a ponto de considerar qualquer crítica como uma ameaça ao sistema educativo e ao próprio modelo de sociedade.

As atuais alternativas dividem a linha da teoria crítica entre as perspectivas pós-metafísicas e as pós-modernas. Para Stephen White, prospera em Foucault a ideia de *dandismo*, de modo que *Ego* seja uma elaboração exclusiva da corporalidade voltada aos “prazeres e forma estética, não por atenção aos domínios social e político” (1995, p. 38). Então, se por muitos séculos a insígnia era salvar a alma, atualmente agora todo o esforço foi transferido para a corporeidade. Todavia, qualquer perspectiva intercultural ou de superação das crises se não limitam à corporeidade pura e simples, porque há outros elementos imprescindíveis, como seria a linguagem, entre outros aspectos. A abordagem pós-convencional de Habermas reivindica o uso da linguagem, através da qual é possível evidenciar como verdadeiras ou não “as intenções ou motivações declaradas do locutor” (White, 1995, p. 139). Nesse caso, há uma ausência da questão do poder, pois a força do melhor argumento, como presume Habermas, não exime e nem tolhe por completo o impulso à submissão através da submissão e da ameaça.

Por isso, a análise do tempo presente não é apenas narrativa. Não se trata também de uma análise semântico-gramatical, embora ela enseje um começo interessante para compreender a trajetória de um projeto de convivência social. Nas palavras de Amartya Sen, “perguntar como as coisas estão indo e se elas podem ser melhoradas é um elemento constante e imprescindível da busca da justiça” (2011, p. 117). No caso, entre as constelações e os recantos das narrativas há um *continuum* que precisa ser, gradual e paulatinamente construído, através de um debate público e participativo. Então, os *Fatores C+T* conjugam a arte que vai compondo a história do OGPS, não como pura idealização, mas como experiência fundamentada teoricamente. Não se trata, pois, de melancolia, mas de narrativa refletida em experiência de pesquisa. Nesse sentido, a obra *O Ateneu*, de Raul Pompeia, também pode expressar a narrativa de uma imagem de mundo, através da paisagem que “é a mesma de cada lado beirando a estrada da vida”. O autor inicia o livro lembrando sua chegada ao Ateneu: “Vais encontrar o mundo, disse-me meu pai, à porta do *Ateneu*. Coragem para a luta” (Pompeia, 1956, p. 5).

Ao salientar o tempo presente, o diagnóstico de suas patologias desvela um viés egoísta do autointeresse, ou seja, um desinteresse ou ressentimento pelas obrigações sociais e laços intersubjetivos, pois pode engendrar uma preocupação exclusivamente autocentrada. Face a esta predisposição, não é nada animador concluir que a tendência da sociedade atual se assemelha a uma “organização imperfeita, aprendizagem de corrupção, ocasião de contato com indivíduos de toda origem”. Continuando com Raul Pompeia, *O Ateneu* permanece como o lugar em que o “mestre é a tirania, a injustiça, o terror” (1956, p. 200). Afinal, quando as escolhas obedecem apenas ao sesgo do autointeresse egoístico, ou seja, como *Amour de soi* de tipo solipsista respalda a “indignidade, aprova-se a espionagem, a adulação, a humilhação, campeia a intriga, a maledicência, a calúnia [...], abundam as seduções perversas, trinfam as audácias dos nulos [...]” (Pompeia, 1956, p. 200).

Referências

- ACERBONI, Lúcia. *A filosofia contemporânea no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1969.
- ADAM, Michel. Amor de si. In: CANTO-SPERBER, Monique (Org.). *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003, V. 1, p. 75-81.
- AGAMBEN, Giorgio. *O tempo que resta*. Um comentário à *Carta aos Romanos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- APARICI, Roberto; ESCAÑO, Carlos; MARÍN, David García. *La otra educación. Pedagogías críticas para el siglo XXI*. Madrid: Uned Editorial, 2018.
- BAYÓN, Fernando. Crítica literária. In: ORTIZ-OSÉS, A.; LANCEROS, P. (Dir.). *Diccionario de Hermenéutica*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2004, p. 71-85.
- BEYSSADE, Jean-Marie. Rousseau, Jean-Jacques, 1712-1778. In: CANTO-SPERBER, Monique (Org.). *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003, V. 2, p. 516-525.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 2 reimp. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- CARRASCO, Noelia. Pandemia de las ciencias desarrollistas. In: PIZZI, Jovino; CENCI, Maximiliano Cenci *Glosario de patologías Sociales*. Pelotas: Editora UFPel, 2021, p. 169-172.
- CASTILHOS, Eduardo D'Avila de et all. Por um significado de patologia social. In: *Revista Dissertatio*. Volume Suplementar 13, 2023, p. 3-15.
- CASTRO, Fernando. Crítica. In: ORTIZ-OSÉS, A.; LANCEROS, P. (Dir.). *Diccionario de Hermenéutica*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2004, p. 69-71.
- CENSI, Maximiliano Cenci. et all. Investigação e dados sobre patologias sociais. In: *Revista Dissertatio*. Volume Suplementar 13, 2023, p. 49-70.
- CONBLIN, José. Cuestiones morales a propósito de la Seguridad Nacional. In: HIMKELAMMERT, Franz. *Dos ensayos sobre la Seguridad Nacional*. Santiago de Chile: Vicaria de la Solidaridad, 1979, p. 193-207.
- DÍAZ GENIS, Andrea. Educación sujeta a rendimiento (La). In: PIZZI, Jovino; CENCI, Maximiliano Sérgio. *Glosario de patologías Sociales*. Pelotas; Editora UFPel, 2021, p. 52.60.

- DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil*. Legados & perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- FROMM, Erich. *El corazón del hombre*. 7 reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- FROMM, Erich. *La patología de la normalidad*. Barcelona: Paidós, 1994.
- GOMES, David F. L. *Sociedade, um problema, múltiplos níveis de análise*. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2023.
- GUÉRIN, Daniel. *La lucha de clases en el apogeo de la Revolución Francesa, 1793-1795*. Madrid: Alianza Editorial, 1974.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa II*. Madrid: Taurus, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría y praxis*. 2 ed., Madrid: Tecnos, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. *Mundo de la vida, política y religión*. Madrid: Trotta, 2015.
- HONNETH, Axel. *La sociedad del desprecio*. Madrid: Trotta, 2011.
- HONNETH, Axel. *O direto da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- LAKATOS, Imre. *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza Editorial, 2010 (Tomo I).
- MEAD, Georg Herbert. *Espíritu, persona y sociedad*. Desde el punto de vista del conductivismo social. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 1999.
- MOREIRA, Carlos Eduardo. Criticidade. In: STRECK, Danilo R. et al. *Dicionário Paulo Freire*. 2 ed., Belo Horizonte, Autêntica, 2010, p. 97-98.
- PIZZI, Jovino. *O conteúdo moral do agir comunicativo*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.
- PIZZI, Jovino. Efeitos patológicos do fundamentalismo: o religar como proposta à convivência saudável. In: *Revista Horizonte*. V. 18, n. 57, 1082-1108, dez. 2020.
- PIZZI, Jovino; CENCI, Maximiliano Sérgio. Apresentação. In: *Revista Dissertatio*, v. suplementar 13, 2023, p. 1-12.
- POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. Rio de Janeiro; Francisco Alves, 1956.
- RAZETO, Luis. *Solidaridad*. In: SALAS ASTRAIN, Ricardo. (Coord.). *Pensamiento Crítico Latinoamericano*. Conceptos Fundamentales. Santiago: Ediciones Universidad Católica Silva Henríquez, 2005, V. III, p. 971-985.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social ou princípios do direito político*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SEN. Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- TAYLOR, Frederick W. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1995.
- UFPEL. <https://wp.ufpel.edu.br/print/o-que-e/funding-opportunities/>, acesso em 06 de maio de 2024.
- WHITE, Stephen. *Razão, justiça e modernidade*. A obra recente de Jürgen Habermas. São Paulo; Ícone, 1995.
- WIGGERSHAUS, Rolf. *A escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

Jovino Pizzi

Graduado em filosofia e jornalismo, mestre pela PUCRS, doutorado na Universidade Jaume I (UJI, Espanha). Na UFPel nos PPGE e PPGFil e coordenador do Observatório Global de Patologias Sociais.

 jovino.piz@gmail.com.br

 <http://lattes.cnpq.br/8367592283546125>

 <https://orcid.org/0000-0002-3722-7343>